



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V - Nº 60 - 1ª Quinzena de novembro de 1993 - CR\$ 50,00 - Solidário CR\$ 100,00

Abaixo o parlamento corrupto e o governo que o sustenta

Nenhuma ilusão na CPI dos próprios corruptos!

Convocar os tribunais populares!

Lutar por um Governo Operário e Camponês

**Todo apoio à ocupação em Getulina.
Rechacemos a desocupação militar do governo Fleury.
Que a terra seja entregue aos camponeses.
Por um amplo movimento pela reforma agrária sob
controle dos trabalhadores.
Construir a aliança operário e camponesa**

**Encontro da Frente Revolucionária aprova
campanha nacional de luta e se coloca por combater
o reformismo do PT e o centrismo do PSTU.**

**Viva os 76 anos da Revolução Russa!
Abaixo o golpe restauracionista de Yeltsin!**

Corrupção no Congresso expõe crise do regime político

Nacional

As denúncias do ex-diretor do Orçamento da União, José Carlos dos Santos, contra deputados, senadores, ministros e

ex-ministros paralisaram o Congresso Nacional. A corrupção ao redor da distribuição de verbas atinge parlamentares de todos os partidos burgueses. O esquema funcionava através das emendas ao orçamento, apresentadas por deputados, que concediam recursos a prefeituras ou a fundações assistenciais.

No caso dos municípios, os prefeitos se dirigiam aos escritórios de uma empresa chamada Seval, que se encarregava de conseguir a liberação de verbas mediante uma comissão que variava de 2 a 5% dos valores obtidos. Algumas empreiteiras também estavam envolvidas no esquema e eram listadas como responsáveis pelas obras antes de qualquer concorrência pública. Os parlamentares que encaminhavam as emendas recebiam suas propinas da Seval ou das prefeituras. Parte do dinheiro era usada em campanhas eleitorais.

No caso das fundações, os parlamentares agiam de duas formas: ou combinavam com as fundações existentes suas propinas ou abriam fundações fantasmas e ficavam com todo o dinheiro. Algumas dessas fundações tinham endereços

de repartições públicas. Muitas delas tinham o mesmo endereço.

O esquema envolvia quantias de dezenas de milhares de dólares para cada operação. Estima-se o montante da tramóia em cerca de 3 bilhões de dólares. O dinheiro era ainda "lavado" em negociatas ou em jogos das loterias federais.

A corrupção no Brasil e no resto do mundo tem ocupado recentemente as páginas dos jornais. Apesar de estar sendo revelada só agora, sabe-se que ela sempre existiu. A corrupção é elemento constitutivo do Estado burguês. A burguesia utiliza a corrupção para controlar seu aparelho estatal e garantir seus interesses de classe. O parlamento funciona normalmente com as negociatas ao redor das votações de projetos. O parlamentar de um partido vota no projeto de outro para garantir o apoio daquele nos seus interesses. A eleição de parlamentares (e de outros cargos também) envolve o apoio do poder econômico, que compromete os parlamentares com os interesses das empreiteiras, bancos, latifundiários, empresários, banqueiros etc. Hoje esse apoio tem até base legal. As comissões dos parlamentares são consideradas de senso comum.

A corrupção é em geral escondida. Normalmente, existe uma cumplicidade entre os políticos burgueses para encobrirem as falcaturas. Mas a situação atual não é normal. O capitalismo vive uma crise mundial de sobreprodução, que se manifesta na recessão em todos os países. O que leva a burguesia mundial (o imperialismo) e as nacionais a destruírem forças produtivas em toda a parte. Isso significa a destruição física dos trabalhadores e das fábricas, bancos etc. A burguesia se divide, porque cada fração luta para sobreviver à destruição e quebra generalizada. Aumentam os choques entre cada grupo. A burguesia não consegue mais unidade suficiente para fazer com que seu Estado, seu regime político e suas instituições

es sirvam como instrumento de ação coletiva para enfrentar a crise econômica. É a crise do regime político, que se manifesta nas crises sucessivas dos governos, nas crises dos partidos, parlamento, justiça etc. A crise generalizada do Estado burguês, da própria democracia burguesa, mostra que não é possível haver regime político estável sobre uma estrutura econômica em desagregação.

No aparelho do Estado, as denúncias de corrupção são sempre instrumento de pressão entre as frações burguesas. A profundidade da atual crise econômica leva ao agravamento das disputas e à multiplicação das denúncias. Essas denúncias são resolvidas através das negociatas entre os grupos. Geralmente ninguém é punido e a corrupção continua. A corrupção burguesa vive enquanto viver o Estado burguês e o capitalismo.

Os reformistas e democratizantes pensam que é possível reformar o Estado burguês substituindo os homens que o dirigem por outros, eleitos com maior conscientização popular. Dizem que com as CPIs pode-se proceder a uma limpeza do parlamento e colocá-lo a atender as reivindicações populares. Trata-se de um engano que não leva à moralização do Estado burguês, e sim à corrupção dos reformistas e democratizantes, que quando se elegem participam das negociatas como qualquer político burguês.

A corrupção reafirma a necessidade de destruição do Estado burguês e da construção do Estado Operário. Somente com outro Estado, baseado no poder direto das massas organizadas através da democracia operária é que se poderá varrer com a burguesia corrupta e acabar com o capitalismo que entrava o desenvolvimento das forças produtivas. O poder econômico jamais permitirá pacificamente que isso ocorra, por isso será necessária a revolução proletária, e a ditadura de classe do proletariado contra a burguesia.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970**

Nenhum apoio à fraude da CPI! Tribunais Populares para julgar os corruptos!

Após as denúncias de corrupção contra parlamentares envolvidos com desvios de verba do Orçamento da União, formou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A burguesia afirma que é preciso punir os corruptos para salvar a democracia. Percebem que o parlamento ficou extremamente fragilizado por causa do escândalo que envolve muitos deputados, senadores, ministros e ex-ministros. Apresentam a CPI como a forma de fazer justiça e pretendem mostrar que se trata de uma minoria no parlamento. No ano passado, quando Pedro Collor denunciou o "esquema PC", formou-se uma CPI que tinha por objetivo punir o empresário alagoano, mas deixar a figura do presidente de lado. Era um acordo de todos os partidos, que pretendiam garantir a governabilidade. Somente depois, com o desgate e paralisia do governo, sob pressão do imperialismo, é que a CPI se voltou contra Collor. Hoje a CPI pretende restituir força ao parlamento desacreditado.

E quem integra a CPI? São os próprios membros do Congresso, pertencentes ao PMDB, PPR, PFL, PTB, PSB que têm suas principais lideranças na lista do escândalo da Comissão de Orçamento. A CPI é um braço do Congresso corrompido, por isso não irá a fundo na apuração das denúncias. Vai se limitar a arranjar alguns bodes expiatórios e tudo ficará como antes (só terão mais cuidado com as falcatruas). José Carlos dos Santos, autor das denúncias, afirma que existem membros da CPI que estão envolvidos com esse mesmo escândalo. É claro que não vão condenar a si mesmos.

A CPI não passa de uma manobra para enganar as massas, passar por cima

das denúncias e prosseguir com a revisão constitucional. A CPI é um instrumento para limpar o caminho para os ataques à economia nacional e às condições de vida das massas que virão com a revisão, a mando do imperialismo.

Esquerda à reboque da burguesia

Diante dessa situação, as esquerdas tem defendido "CPI pra valer". Reconhecem que a atual CPI é uma farsa? Não. Mas querem ver a mobilização popular apoiando a apuração das denúncias pelos outros corruptos membros da CPI. Dizem que é possível que a CPI aprofunde as investigações e chegue à verdade, punindo os corruptos, desde que as massas a pressionem. Utilizam como exemplo a CPI do caso PC. Trata-se de uma posição de colaboração com a burguesia e engano das massas.

Colaboram com a burguesia ao apoiar a manobra da CPI. Se a CPI alcançar seus objetivos, o parlamento será revigorado e funcionará melhor como instrumento da implantação do neoliberalismo.

Enganam as massas quando afirmam que o parlamento age de acordo com as pressões das mobilizações populares. Não. O parlamento é parte do Estado, instrumento de dominação de classe da burguesia. Age de acordo com os interesses da maioria burguesa. É o canal para que as frações burguesas se expressem, não as massas.

O que as esquerdas estão vendo por trás da CPI é a possibilidade de ganhos eleitorais para a candidatura de Lula e dos partidos de esquerda no ano que vem. Acreditam que uma mobilização em de-

fesa da moralidade, da ética, no parlamento levará ao fortalecimento do PT e seus aliados.

Nada de apoiar a manobra da CPI! Tribunais Populares!

A luta contra a corrupção burguesa só pode ser levada adiante pelas massas mobilizadas. Não para apoiar a manobra da CPI e facilitar a revisão constitucional. O julgamento da burguesia corrupta as massas farão na sua luta por suas reivindicações mais elementares, sob ataque com a aplicação da política ditada pelo imperialismo. As organizações de massa criadas na luta direta poderão avançar para a formação de tribunais populares que poderão julgar os corruptos de verdade, porque não estarão comprometidas como está a CPI burguesa. E poderão mostrar às massas a necessidade da derubada da burguesia do poder e de construir o poder próprio dos explorados, a ditadura do proletariado.

Antecipação das eleições? Itamar também quer.

A necessidade de achar uma saída para a crise política tem levado as esquerdas a formularem possibilidades como a de antecipação das eleições do ano que vem. Baseiam-se no fato de que o governo Itamar já está desgastado e que Lula seria eleito. Causa Operária e a Convergência Socialista (PSTU) são os principais defensores dessa idéia. O PT e o PC do B avaliam que a antecipação das eleições pode se colocar, mas não seria agora. Dependeria de uma mobilização popular ao redor dos trabalhos da CPI da corrupção, como a que houve no ano passado e levou ao impeachment de Collor. Caso houvesse essa mobilização, a esquerda se fortaleceria e poderia levar à eleição de Lula. Temem apoiar já essa bandeira por-

que poderia levar à eleição de um direitista numa campanha relâmpago e despolitizada. Como vemos, trata-se de cálculos nitidamente eleitoreiros.

A antecipação das eleições foi recentemente admitida até por Itamar Franco. Coloca-se em pauta devido ao enfraquecimento do governo atual, que veio para substituir Collor, que estava paralisado. Ainda que tenha avançado na implantação da política ditada pelo FMI, Itamar encontra-se no momento paralisado. Sua última cartada, a revisão constitucional, encontra-se bloqueada pelos escândalos de corrupção no Congresso. Daí ter proposto antecipar as eleições parlamentares também. Qual seria o objetivo dessa antecipação? Formar um novo governo,

NACIONAL



eleito pela força do poder econômico e estará comprometido com ele. O que as massas necessitam no momento é romper com o bloqueio que lhe impõe a burocracia sindical e unificar a luta nacional por salário e emprego e contra o entreguismo. Desviar as massas da ação direta para enganá-las com promessas eleitorais é colaborar com a burguesia. Segundo, aponta uma saída para a crise que daria mais coesão

para a burguesia atacar as massas. Até alguns políticos burgueses são favoráveis à antecipação de eleições. Sabem da pressão do imperialismo e temem um agravamento das crises política e econômica, por isso entendem que um governo apoiado em massiva votação popular teria mais força para enfrentar a situação (entenda-se atacar as condições de vida das massas e a economia nacional).

O que as massas necessitam é a pers-

pectiva de unidade contra a burguesia, seu governo e partidos. Por isso, nada de apoiar CPI ou desviar as massas da luta para as eleições. Vamos exigir sim uma campanha nacional de luta que aponte para o abaixo Itamar, em defesa das reivindicações anticapitalistas e antiimperialistas. Abaixo o parlamento e o governo corruptos! Por governo operário e camponês que varra a burguesia do poder.

Propostas programáticas do PSTU

O PSTU lançou um folheto contendo suas propostas contra a fome e a miséria. Faz uma análise da concentração de riqueza nas mãos dos capitalista e crescimento da pobreza absoluta e relativa. Apresenta em seguida um conjunto de bandeiras, como reajustes mensais de salário, salário mínimo do DIEESE, congelamento de preços, contra o desemprego, pela educação, saúde e moradia, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, contra a privatização, rompimento com o imperialismo, destruição do aparato repressivo da burguesia e democratização das Forças Armadas, etc. Fecha o folheto com a bandeira do governo dos trabalhadores que aponte para o socialismo.

Os próprios redatores da plataforma alertam da seguinte maneira: "O programa que apresentamos pode a alguns parecer radical ou sonhador. A outros, no entanto não surpreenderá muito". Na realidade, trata-

se de um aparente radicalismo, ou seja, de um programa revolucionário. Muitas das bandeiras corretas são anuladas pelo estratégia eleitoral-reformista do PSTU.

Tal programa é lançado em função das eleições presidenciais. Logo na apresentação se diz que: "Nestas eleições apresenta-se mais uma vez a possibilidade de se eleger uma candidatura comprometida com as mais profundas aspirações, os mais legítimos interesses e as mais prementes necessidades dos povo brasileiro". Assim, defende a candidatura de Lula como uma possibilidade de um governo dos trabalhadores, que daria resposta global à situação de crise.

O PSTU considera que existem duas variantes para o PT: "Ou colocam para esta candidatura (de Lula) um programa para a saída da crise, construído a partir dos interesses imediatos dos trabalhadores e a serviço da construção de uma sociedade socialista ou a subordinam a um programa de salvação e de unidade nacional". E finalmente demonstra confiança. Diz: "Acreditamos, portanto, que ao apresentá-las ao conjunto do PT, como centro de um programa de governo para 94, estamos apontando para este partido reasuma o seu programa histórico e ocupe novamente o seu lugar na luta do proletariado brasileiro por sua emancipação e a de todo povo. É a velha tese da Convergência Socialista da volta às origens do PT.

Como vemos, o programa apresentado pelo PSTU é um programa para o governo do PT. Não se trata de um programa de luta

das massas contra o capitalismo, mas de um governo do Estado burguês que supostamente poderia cumprí-lo, evidentemente com o condimento demagógico de apoio das massas. É aí que vemos que o radicalismo das bandeiras não passa de uma fachada para o radicalismo eleitoral pequeno-burguês.

Mais uma vez a estratégia de um governo dos trabalhadores saído das eleições que aponte para o socialismo revela seu conteúdo de governo adaptado ao Estado capitalista. O apêndice socialismo desse governo não passa de enfeite. O PSTU, assumindo plenamente a linha da Convergência Socialista, prega a ilusão na possibilidade dos trabalhadores governarem o país através de um partido reformista e social-democrata como o PT. Desta forma lança um programa dirigido à candidatura de Lula, para que os trabalhadores governem o país e dêem uma solução distinta da burguesia para a crise.

Ao dizer que um socialismo só "poderá nascer de uma revolução socialista, que destrua o Estado capitalista e só poderá se afirmar se expressar organizadamente as próprias massas em seu processo de auto-libertação", sem no entanto defender a estratégia da ditadura do proletariado e rebater a possibilidade de um partido reformista fazer a revolução, o PSTU demonstra toda sua impostura. O que na verdade procura é convencer sua militância com o aparente radicalismo e a submeter à candidatura do caudilho Lula.



Reunião da Frente Revolucionária

Nos dias 30 e 31 de outubro se realizou a reunião nacional da Frente Revolucionária. Contou com a presença da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR), Partido pela Libertação Proletária (PLP), Grupo Marxista Leninista (Grumale) e Grupo Cacimba. Dois grupos independentes da Bahia e de Pernambuco enviaram contribuições por escrito. A corrente Luta de Classes compareceu para justificar o seu desligamento da Frente e o Coletivo de Diadema para informar que enviará um documento justificando o seu rompimento. A pauta do Encontro constou de: 1) Situação Internacional e Nacional; 2) Tarefas e táticas de intervenção; 3) Balanço da Frente; 4) Organização.

O Encontro considerou necessário manter o trabalho frentista entre as correntes que permaneceram, ainda que se trate de um movimento embrionário de resistência ao surto reformista eleitoreiro, de defesa das reivindicações das massas e do método da ação direta. Os presentes foram unânimes na conclusão de que a Frente se coloca no campo da defesa estratégica da Revolução e Ditadura Proletárias. Avançou-se também na caracterização de que a Frente deve se constituir como um instrumento de ação de massa, colocando a unidade de todos os explorados contra a burguesia e seu Estado. Isto se distingue do frentismo eleitoreiro e oportunista.

Na análise da situação nacional e internacional se chegou a algumas caracterizações comuns, que deverão constar do Manifesto do Encontro. Analisou-se a crise estrutural do capitalismo e a tendência de agudização. Demonstrou-se que a luta de classes tem crescido e se radicalizado no mundo todo, mas que os explorados se encontram numa fase de luta instintiva devido a ausência do Partido Revolucionário. As bases econômicas do capitalismo se desagregam e a burguesia internacional está obrigada a descarregar violentamente a crise sobre os países capitalistas atrasados, sobre o Leste Europeu, que restaura a economia de mercado, e sobre as massas.

Desta situação se desprende a necessidade de defender radicalmente as reivindicações elementares dos trabalhadores, como o salário e emprego, para colocar as massas em movimento. A organização das lutas econômicas, tendo por base o método da ação direta, objetiva amadurecer os meios para a revolução proletária. Se os oprimidos não caminharem nesse sentido, a burguesia esmagará mais profundamente ainda as condições elementares de existência, demonstrado pelo avanço generalizado do desemprego

e da pobreza absoluta.

No Manifesto constará ainda uma caracterização de que o reformismo e o centrismo esquerdista (tipo PSTU) são impotentes frente à ofensiva reacionária do imperialismo. A essência da política destas correntes é o eleitoralismo e a democratização do Estado burguês. Ao contrário, a Frente defende a organização de movimentos revolucionários anticapitalistas, que como tal se baseia na ação das massas

Resoluções do Encontro

Finalmente, o Encontro aprovou algumas resoluções básicas de intervenção comum. São elas: 1) Desenvolver a bandeira de Campanha Nacional de Luta, tendo por base as reivindicações vitais dos trabalhadores; 2) Desenvolver a luta contra o desemprego, sobre a bandeira da unidade dos empregados e desempregados; 3) Denunciar a Revisão Constitucional pró-imperialista, para defender as conquistas sociais e se opor à desestatização que favorece o grande capital internacional. O que não significa de forma alguma defender a Constituição burguesa, como fazem os reformistas. A Frente também se distinguirá dos métodos parlamentares burgueses, defendendo a mobilização dos trabalhadores contra o Parlamento e o governo; 4) A Frente se coloca contra a desestatização e chama a luta pelo controle operário da produção; 5) Diante das eleições presidenciais e das posições pró-capitalistas do PT, a Frente se colocará pelo voto nulo. Chamará uma plenária para decidir sobre o momento de iniciar a campanha, tendo por base um programa de luta e independência de classe; 6) A Frente intervirá no Congresso da CUT defendendo uma posição antiburocrática e revolucionária; 7) Serão realizados cursos de formação marxista voltados para os problemas programáticos da construção do partido revolucionário; 8) A Frente realizará trabalhos de politização de massa, considerando que o marxismo é a ciência do proletariado; 9) No próximo Encontro, a questão do internacionalismo proletário deverá constar como ponto essencial da pauta.

O rompimento das correntes com a Frente

Ganhou destaque no balanço da Frente o abandono de Luta de Classes e sua debandada para o PSTU. A importância do fato está não no Luta de Classes, mas no PSTU. Isto é, no crescimento do centrismo, que como tal vai do marxismo ao democratismo burguês e reflete posições sociais de uma camada da classe média.

A Frente Revolucionária terá de de-

nunciar fundo o centrismo esquerdista e dele se diferenciar na luta prática. Luta de Classes retornou para onde sempre deveria estar. Não é por acaso que em sua análise de que atravessamos uma etapa democrática da crise capitalista sirva para justificar o voto no PT, fortalecer a linha da frente popular reformista e ingressar no PSTU, campeã na defesa da candidatura LULA, como via de constituir um governo dos trabalhadores.

Uma corrente eleitoralista não poderia assumir a árdua tarefa de organizar o movimento de desempregados e travar o combate anticapitalista, como foi aprovado quando estavam na Frente. A negação das tarefas tiradas no Encontro anterior se justifica pelo fato de Luta de Classes não ter por fundamento o método da ação direta para organizar os movimentos e desenvolver a estratégia da revolução, embora se proclame a seu favor. Na verdade, as correntes centristas tendem a se unificar em torno do existismo aparelhista.

Documento de Balanço da Frente Revolucionária apresentado pela T.POR para o II Encontro Nacional

1. Embora as correntes que conformaram a Frente Revolucionária (FR) tivessem posições diferenciadas quanto ao objetivo e método de construção do trabalho frentista, chegaram no Encontro Nacional a um acordo básico de militância. Ou seja, realizariam intervenção frentista no movimento de massas, fariam campanhas pelas reivindicações dos explorados,

NACIONAL



combateriam o reformismo em todos os campos e formariam os comitês de base frentistas. Algumas lutas foram destacadas a partir das análises políticas, como a necessidade de se travar a luta antiimperialista contra as privatizações e o avanço do neoliberalismo, de se resistir à ofensiva contra o desemprego e a superexploração do trabalho. Nesta mesma linha,

chegamos a um acordo de defesa de uma campanha nacional de luta, oposta à trava da burocracia sindical reformista e direitista. Finalmente, frente às eleições sindicais da Apeoesp, tiramos de concentrar nossas forças no combate à Articulação e intervir organizadamente na oposição hegemônica pelo PSTU. Para centralizar este trabalho, formamos uma coordenação nacional e iniciamos as coordenações regionais. Acertamos que a Frente faria plenárias regionais para concretizar a linha do Encontro Nacional, aprofundar as discussões e responder a novos problemas. Foi assim que em São Paulo realizamos uma plenária em que se aprovou uma campanha contra o desemprego e contra a privatização da CMTC e estabelecemos uma divisão regional para iniciar a construção dos comitês de base. Foi ainda aprovado na coordenação nacional a tirada de um boletim da Frente, onde as correntes expressariam suas posições. Como atividade de propaganda se aprovou um Manifesto. No 1º de Maio, a Frente compareceu com um Manifesto em São Paulo. Aí está um resumo dos aspectos principais que criavam as bases para se iniciar a militância comum, que pode estar incompleto.

2. Qual é o balanço da organização da Frente? Esta simplesmente não existiu. O conteúdo do balanço deve explicar justamente porque não

existiu. Sabemos que logo dirão: porque havia muitas divergências políticas. E não há como contestar, por isso devemos expor que divergências foram essas que impediram o trabalho frentista, pois todas as correntes sabiam da existência delas, por isso mesmo que se colocava a constituição de uma Frente, caso contrário esta não teria o menor sentido. Mas antes é preciso caracterizar a conduta das correntes diante da linha traçada no Encontro Nacional e na plenária estadual de São Paulo. Em nossa avaliação houve sabotagem de uma parcela das correntes em construir a militância frentista com o conteúdo coletivamente aprovado. Nem bem a Frente começou a dar os primeiros passos e o Coletivo dos Trabalhadores de Diadema e Zona Sul rompeu impetuosamente, sem nenhuma discussão, o trabalho frentista na Apeoesp, devido a divergências na oposição. Já antes se negou a organizar o comitê de base e desenvolver a campanha contra o desemprego. O Luta de Classes, a exceção do esforço individual de um de seus militantes, desconsiderou completamente as campanhas tiradas, principalmente a contra o desemprego. O Boletim, sob sua responsabilidade, ficou engavetado. Não moveu um dedo para formar os comitês de base. O MRP desistiu logo diante das primeiras dificuldades. Mas teve o mérito de trabalhar na formação do Comitê de Luta da Zona Sul. Poderia ter impulsionado o trabalho frentista se prematuramente não se colocasse à margem do trabalho comum, que também aprovaram na plenária SP. Desta forma se inviabilizou as reuniões da coordenação, que se desmanchou. Em nenhum momento estas correntes se dispuseram a formar de fato os comitês frentistas, ainda que embrionários. E o mais grave, abandonaram as decisões tomadas e a militância frentista sem propor uma plenária para justificar sua conduta e defender uma outra linha de ação. Se assim o fizessem, poderíamos discutir criticamente as divergências e, se não solucionadas, dissolver nossas relações. Por isso dizemos que houve sabotagem às decisões do Encontro Nacional e da plenária regional de São Paulo. A seriedade da conduta expressa, em parte, o conteúdo político de uma corrente.

3. Próximo ao novo Encontro, recebemos a informação de que Luta de Classes tende a ir para o PSTU. Na última reunião da coordenação nacional, realizada no Rio, pediu afastamento sem dizer a verdadeira razão. Não dissemos nada sobre o PRO, porque esta corrente antimarxista declarada nunca se colocou pelas deliberações do Encontro. Mas sabemos que já pediu ingresso no PSTU. Eis um problema chave das chamadas divergências, que leva-

ram à sabotagem da construção de uma frente de luta de massa. Houve um rompimento da Frente Revolucionária de Esquerda montada pela Convergência Socialista sem uma crítica de princípios, que como tal iria questionar o esquerdismo eleitoral. O PSTU se constituiu hoje numa alternativa centrista frente a um PT totalmente fundido ao Estado burguês e comprometido economicamente (o que quer dizer politicamente) com a socialdemocracia. Todas as críticas feitas no Encontro ao PSTU não passaram de fogos de artifício. Eis porque mantinha-se a concepção morenista de utilizar a frente para juntar posições distintas para se formar um novo partido, já que o PT direitizado não permite sequer posições centristas mais radicais. As ilusões em torno de um grande partido centrista ganha corpo numa parcela militante desiludida com o PT reformista e o PSTU se arma neste sentido. Correntes como Luta de Classes nunca foram capazes de rechaçar a estratégia do Governo dos Trabalhadores da CS adaptada à democracia burguesa e às disputas eleitorais. O crescimento do PSTU tanto pela política centrista quanto pelo aparelhismo construído pela CS é um entrave para a estruturação de uma verdadeira frente de combate antiimperialista e anticapitalista. A Frente que começamos a articular tinha por função justamente resistir, de um lado, ao reformismo eleitoral e, de outro, ao centrismo eleitoral esquerdista, desenvolvendo as reivindicações das massas e o método proletário da ação direta. Sem esta compreensão e linha de atuação, a Frente de Esquerda não passaria de um conglomerado de seitas, sem o menor sentido. Tanto Luta de Classes, quanto o PRO, não vislumbraram possibilidades partidárias e de participação eleitoral na conjuntura. Se o PSTU os aceita, logo estarão fazendo campanha eleitoral para Lula, pois esta é a tendência mais provável do PSTU, como demonstra seu Programa contra a fome dirigido às eleições e ao PT. Como poderia uma frente de luta se estruturar estando marcada por tal posição e divergências? Isto não explica em grande medida porque desconhecemos as decisões do Encontro, aceitas apenas formalmente? Porque haveriam de se empenhar na formação de comitês de base, como instrumento frentista de trabalho junto aos movimentos?

4. Consideramos que o que justifica uma frente de correntes para a intervenção concreta na luta de classes é:

1) a necessidade de organizar um canal de combate de massa no interior do movimento operário e popular. 2) de se contrapor à barreira da burocracia sindical



reformista e direitista, que têm submetido os sindicatos ao Estado burguês. 3) combater o eleitoralismo que desvia as massas oprimidas de seu método de ação direta. 4) dar resposta a ofensiva capitalista e imperialista, levantando as bandeiras dos explorados. 5) defender a soberania das assembleias, a unidade das massas e a democracia operária. 6) desenvolver a bandeira de campanha nacional de luta, que centralize as massas contra o governo e a burguesia. Devemos rejeitar as frentes de esquerda eleitoreiras,

que só servem para épocas eleitorais e para se fazer demagogia esquerdista, bem como a frente oportunista para se formar o partido centrista, como demonstra e demonstrará mais claramente ainda a experiência do PSTU. Se se coloca a unificação de correntes que evoluem para o marxismo autêntico, é preciso que se coloque claramente a discussão programática e tática, assim como a concepção leninista de partido. Isto significa se fazer um balanço crítico e

auto-crítico das posições e condutas desenvolvidas. A construção do partido revolucionário não está determinado por situações conjunturais e eleitorais, base sobre a qual está se formando o PSTU. A tarefa de superação da crise de direção está em construir o programa da revolução e ditadura proletárias.

TENDÊNCIA PELO PARTIDO
OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO
OUTUBRO DE 1993

A volta das demissões

No começo de outubro ocorreram 10.120 demissões nas indústrias. Isto num período favorável à produção, devido ao final de ano. Segundo os próprios capitalistas, estes cortes eliminam as contratações feitas em abril e setembro. Comparado a 1990, existem 800 mil empregos a menos na atualidade. Somente sob o governo Collor foram demitidos mais de 2 milhões, o que quer dizer que este número de 800 mil divulgados deve estar subestimado.

Itamar chegou ao poder prometendo reverter esse quadro de flagelo, mas na realidade o mantém e, se as demissões em massa como as de outubro continuarem, a miséria aumentará em muito. No ABCD as greves contra demissões voltaram e tudo indica que poderão pipocar por toda parte, basta que os sindicatos dirigidos pela burocracia façam qualquer coisa. Em Osasco, os patrões vêm preparando o terreno para as demissões, como é o caso da Lanoflex e outras fábricas metalúrgicas.

A burocracia sindical fecha o olho e facilita a divisão entre empregados e desempregados. Os patrões se encorajam ainda mais a sacrificar os empregos, pois não vêem resistência alguma dos sindicatos. Eis porque a militância de fato classista está obrigada a trabalhar por um movimento contra o desemprego, que deve partir das fábricas, para os bairros e destes para as agências de emprego, em que se concentram diariamente milhares de desempregados.

A luta contra o desemprego desde as fábricas permite colocar a união dos empregados e desempregados. A bandeira de redução da jornada de trabalho, para que haja emprego a todos deve encabeçar as reivindicações. A luta contra o desemprego e a burocracia sindical colaboracionista deve caminhar para a formação

dos comitês, que ajude na organização de desempregados e empregados. Sabemos que o desemprego só acabará com a implantação do socialismo. Mas para se chegar à revolução é necessário mobilizar fundo as massas e construir o partido revolucionário no seu movimento. Sem se lutar contra o desemprego, como parte do programa da luta anticapitalista, não é possível evoluir nessa tarefa. Pelo fim das demissões e do desemprego. Pela aplicação da escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada de trabalho). Pela estabilidade no emprego. Pela abertura de frentes de trabalho, pagando um salário mínimo real como piso e sob o controle dos trabalhadores.

Rechaçar o trabalho temporário

Os capitalistas, utilizando-se da terceirização e das agências de emprego, vem propondo aos sindicatos que aceitem o chamado temporário, que significa extinguir os encargos sociais. Dizem que assim aumentariam o emprego nos momentos de crescimento da produção. Justificam que não podem admitir quando o crescimento da produção é provisório, porque fica muito onerosa a indenização com as dispensas. Eliminando os encargos, poderiam contratar e demitir livremente. Dizem que esta é uma tendência do mundo todo.

De fato, trata-se do reconhecimento que o capitalismo entra numa fase de crise em que não pode assegurar um mínimo de estabilidade no emprego. A tendência do capitalismo no mundo todo é de demitir em massas. A Volkswagen da Alemanha acaba de exigir que os operários aceitem redução de 20% nos salários, para compensar a redução de jornada devido à crise de superprodução. E, se não aceitarem, se-

rão demitidos aos montes.

A crise estrutural capitalista se reverte em desemprego crescente e confisco salarial. O mal-fadado ministro dos trabalhadores, Sr. Barelli, indicado por Lula, já tem na gaveta um projeto de extinção dos encargos sociais, para favorecer o patronato em sua sede de lucro. É nesse mesmo sentido que Itamar propôs na Revisão Constitucional o fim da estabilidade no emprego do funcionalismo público e da aposentadoria por tempo de serviço. Não é o que vem se passando na Argentina, quando o governo dizia que com a desestatização os trabalhadores passariam a viver melhor porque o país entraria numa fase de crescimento e equilíbrio econômico?

Como vemos, a tendência mundial é dos capitalistas arrancarem antigas conquistas sociais e sacrificarem até a barbárie a vida dos explorados. Contra esta tendência, é necessário ampliar e agudizar a luta de classes, partido das reivindicações mais elementares, como o emprego a todos.

Nacional



Organizar a greve

A assembléia do dia 31 de outubro rejeitou a proposta patronal de manter o redutor de 10% no reajuste mensal e marcou a greve da categoria a partir do dia 10 de novembro.

A diretoria do sindicato foi forçada a apresentar a proposta de greve, pois os patrões se negaram a ceder um milímetro nas nossas reivindicações.

A expectativa da direção sindical era de fazer uma campanha rápida e consensual, fechando o acordo em conjunto com a federação. Para isso marcaram a primeira assembléia da campanha somente na metade de setembro, apenas para a leitura da pauta sendo a segunda somente marcada um mês e meio após.

A burocracia sindical tentará evitar a greve buscando uma nova negociação até a próxima assembléia do dia 7 (dia da rodagem desta edição). Nesta assembléia, os têxteis não deverão

se iludir com migalhas, queremos um salário para sustentar dignamente nossas famílias (CR\$ 94.000,00 por mês) reajustado integralmente de acordo com a inflação, isto sem falar na estabilidade no emprego, contra as demissões que os patrões estão fazendo na categoria (a exemplos gritantes na Vicunha e na Guilherme Giorge) e pela criação de novos empregos sem empreiteiras.

Outra preocupação que devemos ter é na preparação da greve. A direção não está procurando organizar a categoria e caso seja obrigada a ir a greve tentará fazer um arrastão, que dará como no ano passado onde só algumas fábricas da categoria aderiram a greve.

Existe a necessidade de nos organizarmos nas fábricas, discutindo com os companheiros como organizar a greve e escolher os melhores companheiros para formar os comandos de greve. Sem essa organização não haverá greve sem greve e continuaremos com esse salário de fome e com medo das demissões. À luta companheiros, vamos organizar nossa greve.

Movimento Operário



Construção civil

Quem tem compromisso com a classe operária não pode ter com a burguesia

O sindicato da construção civil do ABC congrega os trabalhadores da construção, cerâmica e móveis. No entanto, a direção do sindicato insiste em fazer campanhas separadas. O corporativismo sindical mais uma vez apareceu na greve da construção civil. Não procurou unificar os trabalhadores e acabou conciliando com os patrões, impossibilitando a vitória da greve.

Ao invés da direção sindical trabalhar pela ampliação da greve por todas as obras, procurou mantê-la isolada em algumas empresas. E quando as bases diziam que era necessário ir parar outras obras, a direção dizia que já era o suficiente para a greve aquelas empresas paradas. Até mesmo a chuva serviu de pretexto para se evitar a mobilização.

Esta política reflete o descaso como o sindicato tem tratado a organização dos trabalhadores durante todo o tempo. Nunca se dispôs a formar as comissões de obra e defender constantemente as reivindicações dos trabalhadores, como é o caso das constantes demissões. Esta diretoria está vinculada ao reformismo do PT. Isto explica porque não se dispõe a organizar a luta unitária e procurar acordos isolados com este ou aquele patrão da construção civil. Aplica assim o sindicalismo de resultado.

Estes burocratas fazem parte da poderosa camarilha sindical que tem se formado sob as asas do reformismo eleitoral, que coloca na conciliação de classe a solução dos interesses dos trabalhadores. A greve da construção civil mostrou que o método da conciliação e do isolamento leva à derrota. Nossa tarefa é a de organizar os trabalhadores pela base e formar uma nova direção revolucionária.

Por um Congresso de luta dos servidores federais

O congresso nacional dos servidores federais a ser realizado no final deste semestre tem a importante tarefa de organizar um movimento contra os ataques do governo, que virão através da Revisão Constitucional. Já é sabido que a política neoliberal se volta contra os servidores estatais, para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional. Entre elas estão o fim da estabilidade no emprego e demissão em massa. Lembremos que o governo Collor logo de início tomou como medida afastamentos e demissões, justificando com o argumento da necessidade de economizar gastos e superar a crise financeira da União. Tais medidas, na verdade, faziam parte de um plano mais geral, que incluía a desestatização e a abertura total da economia para o imperialismo. O governo de Itamar pretende ir mais a fundo ainda extinguindo a estabilidade e reduzindo os salários das empresas estatais, de forma não só a economizar para pagar parte da dívida interna e externa, como também para equiparar-se com os salários miseráveis pagos pelos capitalistas.

Este congresso, nesse sentido, deve colocar o problema de forma mais ampla. Ou seja, dirigir-se ao conjunto dos trabalhadores vinculados não só a máquina do Estado mas também às empresas estatais e ao mesmo tempo dirigir-se ao conjunto dos explorados. O que quer dizer aprovar uma resolução de unidade dos trabalhadores a nível nacional contra as medidas neoliberais e pró-imperialistas do governo Itamar.

Não há dúvida que os petistas procurarão fazer do congresso uma caixa de ressonância das eleições presidenciais. Os reformistas não têm nenhuma intenção de organizar a luta independente contra o governo antinacional e antipopular de Itamar. Para eles, as soluções não virão da luta unitária e radical das massas, mas sim das futuras eleições e do novo Parlamento. Possivelmente não faltarão propostas como a de antecipação das eleições gerais para se resolver a crise de governabilidade. É o que os reformistas e centristas do PSTU já começaram a fazer. Isto quando a tarefa central não é a de reivindicar eleições e sim de organizar um amplo movimento, tendo por base uma plataforma anticapitalista e anti-imperialista, voltada contra o Congresso corrupto e o governo em crise.

Consideramos que a tarefa primordial desse congresso é a de aprovar uma Campanha Nacional de Luta, que organize um amplo movimento de massa e que assinala a perspectiva da greve geral por tempo indeterminado pelas reivindicações dos trabalhadores e pela derrota da ofensiva pró-imperialista da Revisão Constitucional e da política econômica de Itamar.

A greve do magistério paulista

A longa greve dos professores, que já atinge 76 dias, sofre mais uma brutal repressão. A tropa de choque invadiu a Assembléia Legislativa e retirou os 400 professores que ocupavam desde o dia 21 de outubro. A mando de Fleury, o presidente da Assembléia (Vitor Sapienza) abandonou o discurso demagógico de que na "Casa do Povo" a tropa não entraria e ordenou a retirada dos ocupantes. O plenário foi cercado por homens armados até os dentes e os professores acotovelados gritavam palavras de ordem contra o governo assassino. Os cachorros latiam e a cavalaria protegia o lado externo do prédio. O governo do PMDB armou uma guerra para expulsar os professores.

Esse tem sido o método de Fleury para tratar a greve dos professores. Foi assim na Av. Paulista, no Palácio, na Praça da República e, agora, na Assembléia Legislativa. Usa das armas para intimidar e combater a justiça da greve.

O governo apresentou 6 contra-propostas, que na verdade foi uma só, pois não saiu do patamar de 1,3 salários mínimos. Com uma inflação de 35% ao mês, Fleury pretende corrigir os salários a cada seis meses. O pior é que quer indexar os reajustes com a arrecadação do ICMS, quando a sonegação é descarada e os acordos de isenção com o grande capital tem sido a tônica. Haja vista, o acordo das Câmaras Setoriais.

A política do governo do PMDB é a mesma de Itamar. Está a serviço dos credores estrangeiros. É a chamada política neoliberal. Para cumprir esses acordos são obrigados a reduzir cada vez mais as verbas destinadas à saúde e educação. A privatização dos serviços públicos é o próximo passo. Inicia com a terceirização de alguns setores, como o de limpeza e manutenção. É o já que assistimos no Hospital do Servidor Público. Trata-se, portanto, de cortar verbas para esses setores essenciais e pagar a volumosa dívida interna e externa. Isso é o que exige o imperialismo, através do neoliberalismo.

Fleury agirá duramente contra a greve dos professores para derrotá-la. A vitória do magistério significa o caminho da luta dos trabalhadores contra tal política neoliberal. Nesse sentido, o apoio efetivo da CUT, chamando a paralisação das fábricas, do transporte, etc é decisivo para se golpear de conjunto o governo subserviente.

Um balanço da Vigília Permanente

A diretoria da Apeoesp defendeu, na Assembléia do dia 21 de outubro, a vigília permanente, que tinha como objetivo pressionar os deputados na votação do Orçamento para 1994. Para isso, previa o revezamento de professores e a pressão

aos gabinetes dos deputados ligados ao governo e à direita (PFL, PTB, etc). Através dessa ação pretendia cercar Fleury para a reabertura de negociações.

Contrariamente, à vontade da diretoria, a ocupação da Assembléia Legislativa se deu com os métodos próprios dos trabalhadores, pois para entrar foi preciso enfrentar a polícia. No confronto alguns professores ficaram feridos e a tropa de choque chegou ao local. Só não entrou em ação, naquele momento, porque os parlamentares apelaram para a defesa da Assembléia como um espaço da democracia. Demagógicamente se uniram, não para defender a ocupação, mas para salvaguardar a democracia burguesa (o Parlamento). A fragilidade do acordo se desfez no momento em que o poder executivo (Fleury) ordena o Presidente da Assembléia a usar a tropa de choque para varrer com os professores. Isso revela a submissão do poder legislativo ao executivo. Põe em evidência o caráter de ditadura civil, onde não há independência real entre os poderes.

Nesse primeiro momento, a diretoria da Apeoesp perdeu o controle sobre a ação dos ocupantes. Em poucos minutos já haviam tomado até o plenário dos deputados. A proposta de vigília, votada na assembléia, não pôde se efetivar, pois a polícia impediu o revezamento de professores. A partir daí, a diretoria negociou com o presidente da Assembléia a retirada dos professores do plenário e a concentração na galeria e em alguns corredores, em troca do tal revezamento, que não foi cumprido pelo presidente.

A diretoria (Corrente Articulação) trabalhou para que se descaracterizasse a ação da ocupação, colocou limites e tentou restabelecer a vigília, uma ação de caráter pacífico e voltada à pressão parlamentar.

A ocupação interna dependia do apoio efetivo da classe. Por isso, a vigília na frente do prédio foi fundamental. Caravanas de todo o Estado estiveram presentes dia e noite. Mesmo com os argumentos contrários ao acampamento na frente da Assembléia, por parte da diretoria, os professores levantaram as barracas e exigiam informações do que ocorria no seu interior.

Para combater a ocupação, o governo e seus lacaios (deputados) passou a boicotar. Para isso, cortou a água e o ar condicionado do plenário (este não possui janelas) na tentativa de fraquejar uma parcela dos ocupantes. Como isso não afetou os professores, foi obrigado a usar do aparato militar repressivo.

O triunfo do governo, para pôr fim à ocupação, foi a defesa de uma Resolução

de não resistência diante da repressão. Esta resolução foi proposta da Articulação, com o apoio do PSTU e outras correntes políticas menores. Foi submetida à assembléia estadual e aprovada. Isso creditou ao governo usar a tropa de choque para desocupar o prédio. É importante lembrar que esta proposta foi aprovada sem a discussão e a presença dos que estavam na ocupação. Foi após a sua aprovação que a diretoria comunicou e ameaçou com a Comissão de Ética aqueles que não acatassem tal deliberação. O POR denunciou a capitulação da direção às pressões do governo. E caracterizou como uma traição ao movimento.

É papel da burocracia sindical conter as ações radicalizadas da classe. Porém, é vergonhosa a conduta do PSTU que defendeu, juntamente com a Articulação, uma resolução pacifista, oposta aos métodos de luta dos trabalhadores. A ocupação necessariamente implica na resistência. Caso contrário, para que serve uma ocupação? Da mesma forma que fomos obrigados a denunciar na reunião dos ocupantes a Articulação, fizemos com o PSTU por ter se submetido a resolução liquidadora da ocupação.

A Convergência Socialista (direção do PSTU) defende o pacifismo social democrata capitulador

A Convergência Socialista (CS), juntamente com a Articulação, defendeu a resolução de retirada pacífica dos ocupantes. A Articulação usou o argumento de que a violência é própria da polícia e dos governos truculentos e que não cabia aos professores responder tam-

OPACOPE
Educação



pletou dizendo que ser violento não é ser radical. A CS procurou se diferenciar desse argumento, afirmando que defendia a saída pacífica porque não havia condições para resistir. Assim, acabou votando a resolução contrária a qualquer resistência apresentada pela Articulação.

A diretoria da Apeoesp (Articulação) sempre defendeu o pacifismo pequeno burguês no interior da classe. Os métodos mais radicalizados de luta (como a ocupação) foram duramente combatidos. A sua política é de acovardar os professores diante da repressão. Haja vista os argumentos contrários a ida ao Palácio dos Bandeirantes. Utiliza-se de argumentos aterrorizadores como o de que os defensores da resistência conduzem o movimento para o massacre. Com essa política a Articulação desviou o choque do movimento contra o governo. Transformou as manifestações em atos festivos.

O PSTU ao se aliar no momento decisivo da ocupação com a Articulação assumiu plenamente esta linha social-democrata. Em primeiro lugar, o argumento de que não havia condições para resistir era hipócrita, pois em nenhum momento esta corrente se colocou por organizar a resistência. Sequer fez sua defesa política. Inclusive ajudou a isolar o setor minoritário da oposição que defendia a resistência, ainda que fosse

elementar. Por isso é fácil dizer para uma assembléia de 20 mil professores que a resistência era impossível.

A discussão colocada pela Articulação não foi se era ou não possível resistir, mas sim que a resistência é uma violência a ser evitada. Este foi o conteúdo da resolução votada. Ainda que não houvesse condições mínimas de qualquer resistência, era necessário denunciar a resolução como sendo capituladora, covarde e traidora do movimento. Sem a caracterização de traição da direção não era possível se manter no campo revolucionário dos princípios da luta de classe.

A posição pacifista do PSTU o colocou no campo antimarxista da social-democracia. Isto porque se igualou na prática a posições reacionárias de que a resistência seria um ato de violência tal qual da própria repressão policial. Repetimos que este foi o conteúdo do voto e da aliança do PSTU com a Articulação, a tal ponto que Roberto Felício, presidente da Apeoesp, finalizou sua fala dizendo que quem estivesse contra a resolução deveria se expressar claramente para que depois não fizesse o contrário e que Mauro Puerro dividia o tempo para defender conjuntamente a mesma resolução. Felício quiz deixar claro o compromisso assumido entre a Articulação e o PSTU.

Nós aprendemos a conhecer a política das correntes de esquerda justamente nos momentos mais difíceis da luta de classe. A defesa do pacifismo pequeno burguês demonstrou que o PSTU não distingue a violência reacionária da burguesia e a violência revolucionária dos explorados. Tanto é que quando Felício disse que o movimento deve ser pacífico por princípio, porque a violência é própria da polícia, Puerro permaneceu calado. Geralmente, o movimento das massas começa pacífico devido a generosidade excessiva dos explorados frente a tremenda opressão e se torna violento apenas quando a burguesia desfecha sua violência rea-

cionária. A violência não é um princípio em si mesmo, mas uma consequência objetiva da exploração, da ditadura de classe da burguesia e, portanto, da luta de classe. Desta forma, o pacifismo é uma arma da burguesia manejada pelas direções traidoras no interior do movimento dos explorados. A burguesia tem a tropa de choque para reprimir a luta de massa e o pacifismo para derrotá-la politicamente.

O PSTU faz autocrítica demagógica

Na reunião do Conselho de Representantes do dia 30 de outubro, o PSTU fez uma autocrítica de sua posição sobre a resolução. Esta consistiu no argumento de que foi um erro votar tal resolução na assembléia. Com isso quiz dizer que a discussão da resistência deve ser sigilosa. Como vemos, o PSTU substituiu o problema do conteúdo pacífico-traidor da resolução por uma questão de forma. O fato concreto é que a Articulação tinha todas as condições para levar à assembléia a resolução, aprovada no Conselho com a colaboração do PSTU. Suponhamos que o PSTU tivesse defendido que não se colocasse em discussão pública a resolução e fosse derrotado no Conselho. Qual seria sua posição na Assembléia? Suponhamos que Puerro defendesse na Assembléia que não fosse discutida uma questão sigilosa e esta aprovasse a discussão. Qual seria a posição do PSTU? Seria contra ou não a resolução? É claro que estaria a favor, como a sua própria autocrítica indica.

Uma verdadeira autocrítica teria de dizer sem subterfúgio que a resolução da Articulação se constituiu numa colaboração com as forças repressivas para desalojar os ocupantes e que foi uma traição. Sem esse conteúdo, a autocrítica é uma manobra vergonhosa, que objetiva enganar as bases descontentes e despolitizadas do PSTU.

O apoio dos pais e alunos à greve do magistério

A greve ganhou apoio dos pais e alunos, que reconhecem que a luta não é apenas salarial, mas trata-se da defesa da escola pública, violentamente sucateada pelo governo. Desta vez, o apoio já superou os limites das ações realizadas nas greves passadas. Além de não enviarem seus filhos às escolas, fizeram algumas assembléias, participaram de comandos de greve e chegaram a ocupar uma das escolas da zona norte de SP.

A mobilização maior dos pais se concentrou nos abaixo-assinados, responsabilizando Fleury por perdas e danos causados ao alunado. Foram colhidas milhares de assinaturas e abriu-se uma ação judicial contra o governo do Estado. Através desse mecanismo, foi possível reunir os pais de várias regiões e realizar um ato na Praça da Sé.

O movimento apesar de ter aglutinado os

pais de várias localidades ainda é limitado e, principalmente, marcado pelas ilusões na legalidade burguesa (ação judicial contra o Estado). Poderá assumir características de ampla mobilização de rua na medida em que essas ilusões forem desfeitas.

Da parte dos alunos, o magistério contou com um apoio disperso. Isto porque as entidades estudantis estiveram à margem da greve. A UBES e UMES são dirigidas majoritariamente pela corrente política MR-8, ligada ao PMDB, portanto ao Fleury. Inclusive tem utilizado do mesmo argumento governamental de que a greve é do PT e da CUT. Como se vê, trata-se de uma direção contrária aos interesses da escola pública e gratuita e que trabalha para submeter o alunado à política da burguesia.

O apoio dos pais e alunos é fundamental para a vitória do movimento grevista. A independência desses movimentos dos partidos burgueses é imprescindível para derrotar a política privatista de Fleury.



CONSTRUIR A CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA.

O Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas já começa comprometido com a burguesia, pois seu financiamento não partiu dos estudantes, mas dos governos privatistas de Fleury e Maluf. Neste momento de profunda crise do sistema capitalista, a burguesia necessita de disciplinar ao máximo os organismos de massa dos oprimidos para impedir qualquer passo à frente. O atrelamento financeiro acaba por comprometer a política destes organismos.

O congresso da UBES se realizou em meio a maior greve do professorado e o governo Fleury acabou saindo ileso diante de 3.500 estudantes (delegados), que têm seu ensino destruído dia-a-dia para favorecer as escolas privadas.

A Tirada de Delegados

O Congresso não expressou a grande massa estudantil. A maioria dos delegados não sabia de fato o que significava o congresso, pois inexistiram discussões nas escolas, aqueles que foram eram arrastados pelas promessas de diversões e turismo. A própria forma de tirada de delegados é burocrática, pois transforma os membros dos grêmios em delegados natos, enquanto os delegados eleitos precisam quorum exorbitante.

A Discussão Política.

A falta de discussão política foi uma constante em todo o Congresso. Uma pequena discussão sobre a greve dos professores levou o MR-8 a desencadear uma briga para não deixar se tirar conclusão alguma.

Sobre a situação nacional, as correntes de esquerdas (PCdoB, PT, PST-U) buscaram priorizar a questão da antecipação das eleições, afirmando que isto resolverá a crise capitalista.

A falta da política proletária no movimento estudantil ficou evidente, cabendo agora a organização do conjunto dos estudantes, para impedir a sua organização pelos agentes da burguesia (MR-8) ou pelas ilusões pequeno-burguesa (PT, PC do B, PST-U) na democracia burguesa.

Devemos tirar a lição deste congresso fraudulento e despolitizado e começar a organizar o programa estudantil tendo como base a: Independência de Classe, Democracia Operária, Grêmios Livres e a defesa da escola pública única e gratuita e o fim das escolas privadas, para isto é necessário a construção da Corrente Proletária Estudantil.

OPOR
Educação

Congresso da UEE-SP: nada de novo, mais um aparelho.

De 21 a 23 de outubro realizou-se o Congresso de Reconstrução da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP). Foi um congresso esvaziado, que contou com a participação de pouco mais de 200 delegados, quando poderiam ter comparecido mais de 2 mil de todo o estado. Pior ainda, poucas cidades representavam a maioria absoluta das delegações, mostrando que o congresso mobilizou apenas estudantes onde as correntes têm mais força. Por isso não serviu para mobilizar os estudantes, nem a reconstrução da UEE foi produto de mais mobilização estudantil. Apenas se reconstruiu o aparelho.

O PCdoB era maioria sozinho. Por isso, a linha política aprovada foi uma repetição do que se viu no Congresso da UNE, com algumas nuances de mudança conjuntural.

No ponto conjuntura, aprovou-se a linha do esperar pra ver como é que fica: "discutir saídas para a atual crise política, dentre as quais a antecipação de eleições é uma delas". Ou seja, aguardar os resultados da CPI da corrupção para ver se é ou não conveniente exigir a antecipação. O PCdoB argumentou que uma campanha relâmpago poderia levar à eleição de um candidato da direita. Contrapunham-se a essa posição o PSTU e a Causa Operária. O PSTU ia até as últimas conseqüências: antecipação das eleições para eleger Lula que deveria governar apoiado nas organizações sindicais e populares, ou seja, colocar a entidade para desviar a luta estudantil para o campo eleitoral. A UEE também vai apoiar a CPI da corrupção. As correntes nem bem fundaram a UEE e já a colocaram a reboque da burguesia. Aprovou-se também uma posição contra a revisão constitucional, mas na ótica dos estalinistas e petistas: defender as "conquistas" da atual Constituição e pressionar o parlamento. Nada de ação direta, muito menos unidade com o movimento operário.

Quanto à universidade, resumiu-se às choramingas. Nada de luta pelo fim do ensino privado, nada de fazer campanha contra o vestibular discriminatório, nada de reivindicar a autonomia universitária. O PCdoB e o PT entendem a democracia na

universidade apenas como o direito de voto dos alunos nas eleições de reitor e diretores. O único ponto que poderia avançar em relação ao Congresso da UNE, a luta contra a LDB privatista, que chegou a vencer uma votação em plenário por 2 votos, foi fraudado pelo PCdoB, que fez nova contagem e trouxe um curral de cabresto para vencer e manter o apoio à LDB.

Um ponto que foi novamente polêmico foi o da forma de eleição da direção da entidade. O PCdoB manobrou o PSDB e aprovou a posição de formar uma comissão para avaliar a possibilidade de realizar eleições diretas em 95, já que o mandato da atual direção será de um ano e meio. O PCdoB mostrou que sua posição quanto à forma de eleição congressual é questão de conveniências. O PT e o PSTU insistiram com a proposta de diretas, mas para o próximo congresso. Como se vê, de ambos os lados o que se busca é a tomada do aparelho. A posição do PSTU é mais vergonhosa, porque defende a introdução do método da democracia burguesa no movimento, que exclui da disputa as correntes pequenas e os independentes e acaba de fato com os congressos, só para poder fazer suas alianças de chapa com o PT.

Os estudantes precisam se organizar para exigir a realização de novo congresso, desta vez massivo, com ampla participação, para colocar a UEE como instrumento de luta contra os governos entreguistas, em defesa do ensino público gratuito para todos e pelo fim do ensino privado.



Vila São Pedro

Na Vila São Pedro vem ocorrendo um sério problema. O Prefeito de São Bernardo do Campo, do PMDB, e a coordenadoria de habitação exigem que os moradores, inclusive de vilas vizinhas, paguem os lotes, caso contrário serão despejados. Para pressionar a Prefeitura tem usado de placas, carro de som e mesmo da polícia. A prefeitura criou uma empresa fantasma Inocoop Unicoop e através dela exerce pressão contra os moradores, que são trabalhadores extremamente pobres.

O golpe foi muito bem armado. Para montar a empresa fantasma deu-se vários endereços frios e nomes de pessoas que não existem. A senvergohice não para por aí. A prefeitura comprou a

diretoria da Sociedade Amigos de Bairro da Vila São Pedro, filiada ao PT, como é o caso de Toninho Jacaré, que tem servido de pau-mandado para pressionar os moradores. Numa assembléia, esse capacho disse que se os moradores não pagassem os terrenos é porque queriam "mel na chupeta". Com esse argumento, pretendeu favorecer a prefeitura corrompida pelos políticos da burguesia. Quem tem mel na boca são os ricos capitalistas, nós temos apenas o fel.

A verdade é que os terrenos da Vila São Pedro, Vila Mariana, Vila Boa Vista e Vila Esperança eram de uma massa falida, que hoje pertencem aos moradores que ocuparam. Fazemos essa denúncia e chamamos os moradores a organizarem um comitê de defesa de suas moradias e pelo não pagamento exigido pelo prefeito corrupto e seus lacaios.

Movimento

Todo apoio à ocupação em Getulina!

Mais de 2 mil famílias estão acampadas em uma fazenda em Getulina, interior de São Paulo. São trabalhadores rurais, que ocuparam a terra para poder plantar e sobreviverem. Os sem-terra decidiram em assembléia que irão resistir à desocupação. Fleury sabe que um confronto levará a mais mortes, que se juntarão ao massacre do Carandirú e à repressão aos professores, sob seu comando, e às mortes de Vila Socialista, sob comando de Quércia. Por isso ainda não executou a ordem judicial de reintegração de posse concedida desde 17 de outubro aos proprietários.

O poder judiciário federal já ameaça com uma intervenção em São Paulo, caso Fleury não cumpra a desocupação. Policiais militares têm sobrevoado a área e distribuído panfletos ameaçando os trabalhadores e suas famílias. Mas os sem-terra dizem que vão resistir. O Inkra também teme o despejo com violência e tentou manobrar com um pedido de vistoria

nas fazendas para verificar se são produtivas, caso contrário pedir a desapropriação. O impasse ainda continua.

De alguns anos para cá, os sem-terra e sem-teto perceberam que já não adianta mais só ocupar a terra e depois ser despejado. É preciso organizar a resistência. E é isso o que têm feito. Graças a seu armamento é que Fleury ainda não jogou a tropa de choque sobre os camponeses ocupantes.

Mas ainda isso não basta. É preciso o apoio dos outros movimentos, em especial o do movimento operário. A CUT e os sindicatos precisam apoiar ativamente a ocupação. Deixar de apoiar o movimento dos sem-terra é facilitar o trabalho repressivo do governo. É preciso fazer uma ampla campanha nos grandes centros urbanos para que a resistência não fique isolada e seja esmagada, como ocorreu com a Vila Socialista e outras ocupações no Rio Grande do Sul.

Organizemos comitês de apoio para sustentar material e politicamente a ocupação.



76 anos da Revolução Russa

Viva a Revolução Russa!

Em sua história da Revolução Russa, no prefácio, Leon Trostky nos descreve os efeitos posteriores dos acontecimentos revolucionários de Outubro. "Nos primeiros meses do ano de 1917 reinava ainda na Rússia a dinastia dos Romanov. Oito meses depois, estavam já na direção os bolcheviques, um partido quase ignorado a princípio do ano e cujos dirigentes, no momento mesmo de subir ao poder, se achavam ainda acusados de alta traição. A História não registra outra mudança de situação tão radical, sobretudo se se tem em conta que estamos ante uma nação de cento e cinquenta milhões de habitantes".

Em seguida continua: "O traço característico mais indestrutível das revoluções é a intervenção direta das massas nos acontecimentos históricos. Em tempos normais, o Estado seja monárquico ou democrático está por cima da nação; a história corre a cargo dos especialistas neste ofício: monarcas, ministros, burocratas, parlamentares, jornalistas. Mas em momentos decisivos, quando a ordem estabelecida se torna insuportável para as massas, esta rompe as barreiras que as separam da arena política, derrubam seus representantes tradicionais e, com sua intervenção, criam um ponto de partida para o novo regime (...) A história das revoluções é para nós, por cima de tudo, a história da erupção violenta das massas de posse de seus próprios destinos (...) A dinâmica dos acontecimentos revolucionários se acha diretamente determinada por rápidas, tensas e violentas mudanças que sofre a psicologia das classes formadas antes da Revolução".

Como o próprio Trostky explica, a extraordinária mudança ocorrida no seio das massas em prazo de poucos meses, levando-as a romper com a linha de conciliação dos mencheviques e socialistas revolucionários, tem profundas razões históricas que condicionam o desenvolvimento revolucionário do proletariado. Em 1905 ocorreu o primeiro grande levante insurrecional contra o czar da dinastia dos Romanov. As massas, inicialmente dependentes das direções religiosas pró-czaristas (Padre Gapon), ganharam um alto grau de independência

organizando pela primeira vez os soviets nascidos do bojo da greve geral, e adotando os métodos insurrecionais próprios, como as barricadas e a guerra de guerrilha.

O massacre sofrido pelos operários desarmados em São Petersburgo no famoso "Domingo Sangrento", de 22 de janeiro, desencadeou uma revolta generalizada. Em agosto, outubro e dezembro cresceu o número de greves e intensificou a luta revolucionária contra o Czar. Embora a revolução democrática de 1905 tenha sido derrotada, serviu de grande experiência e amadurecimento do proletariado que se formava junto às grandes indústrias. Trostky dirá que: "Os acontecimentos de 1905 foram o prólogo das duas revoluções de 1917: a de fevereiro e a de outubro". De fato trouxeram à tona o proletariado como classe revolucionária e projetaram a luta camponesa pela terra.

A tomada do poder pelos soviets em 25 de outubro foi precedida de intensa luta desde 23 de fevereiro, quando teve lugar o início da revolução democrática que destruiu os poderes de Czar Nicolau II. O movimento que começou de uma simples greve dos operários têxteis de Viborg (bairro de São Petersburgo) evoluiu em três dias para a insurreição, obtendo apoio da massa de soldados descontentes com a guerra imperialista. A desintegração do exército e a potenciação dos organismos de luta levou à vitória das massas sobre a reação czarista.

A imprevisível eclosão da insurreição, inclusive para os dirigentes bolcheviques de São Petersburgo, na verdade trouxe à tona a revolta contida das massas e soldados contra a penúria da guerra e a intensificação da miséria. E, sobretudo, restaurou a experiência revolucionária de 1905. Novamente, se recolocou o problema da direção. Os soviets de deputados operários e de soldados, criados pelo levante, sob o domínio dos mencheviques e socialistas-revolucionários, conduziram a revolução democrática de fevereiro a formar um governo provisório sob a direção do partido burguês (Kadete).

Lutando contra a submissão dos soviets ao governo burguês e desenvolvendo

a política independente do proletariado, os bolcheviques puderam transformar a revolução democrática de fevereiro em revolução proletária oito meses depois.

A ditadura do proletariado e a expropriação da burguesia

A Rússia de 1917 era um país de economia atrasada, em que combinava a concentração industrial em alguns centros com formas semifeudais de produção agrária. A grande maioria camponesa vivia na mais absoluta miséria. Grande parte das terras estava sob o controle dos latifundiários, da família real, Igreja e dos fazendeiros ricos (kulaks). "Para compreender o atraso com que se desenvolve este processo histórico, basta dizer que a servidão de gleba, que surge no transcurso do séc. XVI, se aperfeiçoa no séc. XVII e floresce no séc. XVIII, para não se abolir juridicamente até 1861" (Trostky)

Sob a estrutura combinada da concentração industrial, controlada pelo capital imperialista da Europa Ocidental e da estrutura agrária semifeudal, as massas suportavam todo peso do atraso semicolonial da Rússia. Devido à guerra imperialista de 1914-18, a concentração de riqueza aumentou, assim como a penúria da maioria explorada. A Revolução de Outubro foi a via das massas resolverem

Internacional



esta situação calamitosa e se emanciparem do sistema de opressão capitalista.

A instalação da ditadura do proletariado pela insurreição e pelo poder soviético permitiu aos trabalhadores realizarem o confisco das terras, como uma das primeiras medidas para libertar

a maioria camponesa das mãos dos latifundiários. Em seguida à revolução Lenin dirá: "Neste país camponês, foram os camponeses em geral os primeiros a ganhar, os que mais ganharam e os que ganharão de imediato com a ditadura do proletariado". De fato, no segundo dia após a tomada do poder, 26 de outubro de 1917, o II Congresso dos Deputados Operários e Soldados de toda Rússia, sob a base de um relatório de Lenin, aprovou um decreto de nacionalização de todas as terras, em que liquidava as relações de propriedade privada sobre a terra e as colocava para o livre acesso das massas camponesas como propriedade de todo o povo".

Neste mesmo Congresso, se aprovou o decreto sobre a paz sem anexação. Desta forma, a Revolução cumpriria inicialmente os dois pontos fundamentais defendidos pelo bolchevismo. Mas a incursão da ditadura proletária sobre a economia não parou no campo.

Do controle operário da produção, as massas passaram à expropriação do grande capital industrial e comercial. A tomada do poder do Estado pela classe operária foi o início de um processo de profundas transformações nas relações econômicas e sociais, que não ocorrem repentinamente.

Logo na primeira fase do governo operário e camponês, se instalou o controle operário da produção nas indústrias, comércio, bancos, transportes, etc. Os bancos foram nacionalizados e fundidos num único sistema estatal centralizado. Os ramos chaves da produção foram estatizados e a cada situação em que o capitalista sabotava a produção e negava a se submeter ao controle operário, os conselhos de controle impunham a expropriação dos meios de produção.

O controle operário amplamente disseminado, organizado através dos soviets, sindicatos, comitês fabris, eleitos diretamente pelas massas, foi um instrumento para a ditadura proletária combinar as tarefas democráticas, como a da revolução agrária, com medidas de caráter socialistas. Somente através do aprofundamento das medidas de expropriação do grande capital é que foi possível a Revolução se afirmar e derrotar as ações contra-revolucionárias da burguesia interna e externa (imperialista).

A centralização e monopólio da indústria, do capital financeiro e do comércio exterior pelo Estado Operário foram decisivos para que o confisco dos latifúndios (nacionalização das terras) pudesse triunfar definitivamente frente aos latifundiários.

A Revolução Russa mostrou que as tarefas democráticas, como independência nacional, questão agrária, unidade nacional e miséria das massas, só poderão ser resolvidas se combinadas com o fim do grande capital sobre o Es-

tado e a economia. Comprovou que o conteúdo democrático das tarefas pendentes dos países semicoloniais só poderá ganhar projeção se for parte da revolução proletária, a que Trotsky qualifica, tomando Marx, de revolução permanente.

O domínio do Estado e o controle da produção estatizada pelas massas são um primeiro passo decisivo para desenvolver as forças produtivas livres do parasitismo capitalista e fazer frente à opressão imperialista.

Logo no início, Lenin tinha claro que a Revolução destruiu as travas burguesas e semifeudais que bloqueavam o salto qualitativo da produção e das condições de vida das massas, porém também lhe era evidente que o desenvolvimento da Rússia soviética dependia do desenvolvimento da Revolução Mundial. O isolamento da Rússia atrasada poderia sufocar a economia estatizada, que cada vez mais teria de ser coletivizada de forma a avançar as forças produtivas socialistas em detrimento dos restos históricos do capitalismo.

O desenvolvimento histórico comprovou que a estatização e centralização planejada da economia daria um extraordinário salto produtivo, mas também demonstrou a indesejável hipótese de que o isolamento da Rússia alimentaria as contradições favoráveis à reação capitalista. A burguesia mundial procura atribuir ao sistema estatizado e planejado a ruína econômica atual da Rússia, quando na realidade este abriu a perspectiva histórica de emancipação das massas nunca antes ocorrida.

A lição a ser extraída é que há que se avançar no processo de coletivização e superar o capitalismo. A ditadura proletária e os métodos revolucionários são os instrumentos para isso, como comprovou a Revolução de 1917.



Bolívia

Paralisar o país para derrotar os vendepátrias

As massas bolivianas colocam a urgência de sepultar toda a política que desenvolve o governo sintetizada no PLANO DE TODOS os empresários serventes do imperialismo. Esta posição radical coloca para as direções a necessidade de adotar uma resposta adequada: a greve geral e a paralisação do país para enterrar toda a política global do governo burguês.

A burocracia não acredita nisso e disse que procura se entender com os patrões para introduzir algumas reformas a seu programa de privatização, de entrega dos recursos naturais às multinacionais. Por outro lado, estão desesperados para encontrar os caminhos

que os afaste do marxismo.

O dito anteriormente se traduz em duas linhas contrapostas: a das massas radicalizadas e a dos burocratas já entregues ao governo.

O trabalho desde as bases deve se voltar para incorporá-las na luta pela greve geral com a paralisação de todo o país.

Para Derrotar os Massacradores do Povo: Greve Geral Indeterminada e Paralisação de todo o país.

Extraído do jornal massas do POR boliviano nº 1354, de 14/10/93.